

memória CULT



Ouro Preto - MG - Brasil - Ano VII - nº 23 - dezembro de 2017

memoriacult.com



**Parque das Águas de São Lourenço
poderá ser tombado**



Espinosa: onde a história e a saga se confundem

por Manoel Hygino dos Santos



Entrevista:
Jornalista Rogério Tavares



João Carlos Leite
 PRODUTOR DE QUEIJO MINAS
 ARTESANAL E SUA EQUIPE

Queijo Minas artesanal. Orgulho de Minas, agora saboreado em todo o Brasil.

Até há pouco tempo, o queijo mais famoso do país não podia ser vendido nem aqui nem em outros estados. Mas essa proibição caiu por terra. Para isso acontecer, a Assembleia mobilizou lideranças mineiras e nacionais, para, juntas, criar a lei que permite a venda de queijos feitos à base de leite cru dentro e fora do estado. Além disso, as regiões produtoras foram oficialmente demarcadas e o controle sanitário do rebanho e das instalações foi aprimorado, agregando maior valor ao produto. Essa é uma grande conquista para os produtores dos queijos artesanais mineiros, boa também para os milhões de consumidores brasileiros.

Você nem sempre fica sabendo, mas a Assembleia está presente na nossa vida.

Nesta edição, apresentamos o entrevistado Rogério Tavares, competente e afável personalidade cultural que privilegia Minas Gerais.

Na capa, alguns artistas que ilustraram capas de edições que tem relação com matéria apresentada neste número.

O Norte de Minas, mais uma vez, se apresenta pela lúcida e competente escrita do Professor Manoel Hygino dos Santos, desta vez destacando a cidade de Espinosa.

Mosteiro de Macaúbas: um dos mais importantes patrimônio histórico de Minas Gerais, objeto de campanha para sua recuperação, tem a participação desta Memória CULT. Uma de suas marcantes personalidades religiosas que habitou o Mosteiro, a irmã Germana teve sua biografia escrita em livro do promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, ícone do patrimônio cultural de Minas Gerais.

A historiadora do Ministério Público de Minas Gerais, Neise Mendes Duarte, nos brinda com a pesquisa versando o Cemitério de Escravos de Santa Luzia.

O escritor, juiz de direito, Bruno Terra Dias, com seu inteligente texto, também nos remete ao Norte de Minas...

Contém este número 23, o registro histórico de um importante relançamento: o livro Princípios do Direito Internacional, de Lafayette Rodrigues Pereira, originalmente lançado em 1902, que se torna o terceiro importante documento histórico reeditado sob os auspícios da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, vem marcar presença no processo civilizatório brasileiro

Temos ainda o registro dos estudos para tombamento do Parque das Águas de São Lourenço e, finalizando, o histórico da Comenda da Liberdade e Cidadania, pelo Juiz Auro Aparecido Maia de Andrade .


Boa leitura.



Eugênio Ferraz

Diretor Executivo e Editor Geral da Memória CULT

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do IHGMG. Servidor do Ministério da Fazenda desde 1974, foi seu Superintendente em MG de 1998 a 2011 e, a seguir, Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais



Sumário

Fotografia: acervo do autor



09 **Espinosa: onde a história e a saga se confundem** por Manoel Hygino dos Santos

Fotografia: acervo SXC



19 **Parque das Águas de São Lourenço poderá ser tombado**

04 **Página do Artista**

17 **Um breve histórico: Comenda da Liberdade e Cidadania** por Auro Aparecido Maia de Andrade

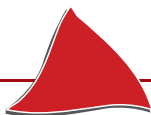
05 **Entrevista:**
Rogério Faria Tavares

22 **Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas**

15 **Cosmogonia matuta**
por Bruno Terra Dias

28 **Cemitério dos Escravos de Santa Luzia** por Neise Mendes Duarte

31 **Relançamento Histórico**
Princípios do Direito Internacional



Espaço do leitor

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: **memoriacult@gmail.com**. A Memória CULT poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Acabamos de receber a edição nº 22 (julho/2017) da Revista Memória Cult, como sempre excelente em seus robustos conteúdos históricos e outros muito atraentes, todos carregados de mineiridade e brasilidade.

Somos gratos pelo envio desta tão esperada Revista que – no presente exemplar – contém entre outros interessantes artigos, um de autoria do Dr. José Antônio de Ávila Sacramento, Membro de nosso Instituto Cultural e da Academia Valenciana de Letras.

Com a expressão de nosso especial apreço,

Mario Pellegrini Cupello

Presidente do Instituto Cultural Visconde do Rio Preto – Valença RJ

Elizabeth Santos Cupello

Vice-Pres. e Diretora do Centro de Preservação da Memória do ICVRP

ÚLTIMA EDIÇÃO



A edição número 22 da Revista Memória **CULT** entrevistou a Jornalista Soraia Vasconcelos. Dentre outros assuntos tratou dos remédios que são produzidos desde o Séc. XVIII em Minas Gerais, em artigo do Desembargador J. Afrânio Vilela.

EXPEDIENTE **memória** **CULT**

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - ano VII - nº23 - dezembro de 2017

Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG

Editor | Petrônio Souza - Reg.: 7.124-MG

Projeto Gráfico | Raphael Simões

Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos

Foto da capa | Eugênio Ferraz

As manifestações expressas em artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.

Artista da capa

São quatro os artistas homenageados na retrospectiva das capas que tem relação com a Comenda Ambiental e a proposição de tombamento do Parque das Águas de São Lourenço.

São eles: Luiz Mondego, na edição 7; Elias Layon, na Memória CULT 10; Jung, número 13 e Simone Ribeiro, na MC 17.



Jung, Wladimir | Rio de Janeiro, RJ
Artista da Capa na Memória CULT nº 13, que repercutiu a edição nº 5 da Comenda Ambiental.



Luiz Mondego | Rio de Janeiro, RJ
Artista da Capa na Memória CULT n 7, que trouxe a cobertura da terceira edição da Comenda Ambiental.



Elias Layon | Mariana, MG
Artista da Capa na Memória CULT nº 10, que repercutiu a edição nº 4 da Comenda Ambiental.



Simone Ribeiro | São Lourenço, MG
Artista da Capa na Memória CULT nº 17, que repercutiu a edição 6 da Comenda Ambiental.



Rogério Faria Tavares

Mineiro de Belo Horizonte, o jornalista Rogério Faria Tavares é casado com a terapeuta Sabrina Tunes, com quem tem dois filhos: Carlos, de quase seis anos, e Gabriela, de um. A graduação e o Mestrado em Direito na UFMG antecederam o período passado na Espanha, quando tirou o Diploma de Estudos Avançados em Direito Internacional e Relações Internacionais. A larga experiência na imprensa inclui passagens por diversos veículos de comunicação, como a Rede TV! e a Rede Minas. Atualmente, Rogério é cronista semanal do “Diário do Comércio” e editor do site www.literaturaininternet.com.br. Em 2016, passou a ocupar a cadeira de número oito da Academia Mineira de Letras. Em maio desse ano, tomou posse no Pen Clube do Brasil, uma das mais exclusivas entidades literárias do país. Desde junho, preside o BDMG Cultural, o instituto cultural do Banco de Desenvolvimento do estado.



Como começou o seu interesse pela Cultura?

Desde cedo, via minha mãe pregar o amor à leitura e aos livros. Ela lecionou por trinta anos. Formou gerações. Militou sempre em favor da literatura brasileira e do hábito de ler. Meu pai também era leitor voraz. Gostava tanto de Filosofia quanto de Religião, História e Ciência Política. Sempre comprou muitos livros, que se espalhavam por todos os cômodos da casa. É o que faço com meus filhos hoje: incentivo esse contato desde cedo. Também procuro levá-los ao teatro, ao circo e a espetáculos de dança. Se os eventos são em locais públicos, ao ar livre, melhor ainda, porque isso permite que eles circulem pelas ruas, e convivam num ambiente mais plural. A Cultura é a alma de um povo. É ela a responsável por conferir a sua identidade, por alimentar seus sonhos e suas aspirações. É também motor do desenvolvimento econômico e social, movendo importantes cadeias produtivas. Há muita gente que vive do que ela produz.



“[...]Mais que a liberdade de expressão ou a liberdade de imprensa, o direito à Comunicação também supõe o acesso democrático aos meios de comunicação. [...]”

Sua trajetória profissional registra o interesse pelo Direito e pela Comunicação. Como você conciliou essas duas dimensões?

Cursar Direito na UFMG foi algo que acrescentou muito à minha formação pessoal e intelectual. Tive professores memoráveis, como Elza Maria Miranda Afonso, Misabel de Abreu Machado Derzi e João Baptista Vilela, irmão do grande contista Luiz Vilela, de Ituiutaba. Depois, trabalhei com o professor Leonardo Nemer Caldeira Brant no CEDIN, o Centro de Direito Internacional, onde também aprendi muito. A equipe contava com nomes excelentes, como os hoje professores Jorge Mascarenhas Lasmar e Leonardo Estrela Borges. No Mestrado, uni as duas vertentes da minha atuação. Escrevi uma dissertação intitulada “Do direito de Comunicar na sociedade internacional”, sobre como a Comunicação é bem jurídico reconhecido globalmente. Mais que a liberdade de expressão ou a liberdade de imprensa, o direito à Comunicação também supõe o acesso democrático aos meios de comunicação. Quando fundei a Organização Não governamental TVer em Minas o propósito era divulgar a importância da Comunicação como direito de todos. Fizemos muitos eventos naquela época, trazendo ao estado importantes intelectuais que refletem sobre esse tema, como a psicanalista Maria Rita Kehl e os professores Eugênio Bucci, da USP, e Arthur Venício Lima, da UnB.

E os eventos literários, começaram como?

As pessoas têm manifestado um interesse crescente pela literatura, o que se pode comprovar pelo sucesso das feiras e das festas literárias. Elas querem que a literatura faça parte da vida delas. A literatura é um canal para que as pessoas vivam uma vida melhor, mais rica, mais bonita. Atento a esse fenômeno, quando trabalhava como supervisor de Relações Institucionais da Fiat Chrysler para a América Latina, recebi total apoio para criar, em parceria com a Academia Mineira de Letras (então presidida pelo excelente Olavo Romano), o projeto “O autor na Academia”. O evento era mensal, gratuito e aberto ao público. Os mais importantes escritores brasileiros participaram do projeto, como Geraldo Holanda Cavalcanti, Arno Wehling, José Murilo de Carvalho, Zuenir Ventura e Mary del Priore. Tomei gosto e continuei a realizar esses encontros também em 2016 e em 2017, já na condição de acadêmico e Reitor da Universidade Livre da Academia.

Como foi o seu ingresso na Casa de Alphonsus de Guimaraens?

Um grupo de amigos acadêmicos se articulou para que eu me candidatasse à vaga do saudoso poeta Milton Reis. Sensibilizado, acolhi os argumentos que eles apresentaram em favor dessa postulação. O clima de acolhimento e generosidade que encontrei durante minha campanha foi motivador. Jamais me esquecerei da visita que fiz ao então decano da AML, o historiador Oíliam José, que me recebeu com apreço paternal. Assim também se passou com os outros

confrades e confradeiras, cuja trajetória respeito e admiro. Tomei posse decidido a tornar a programação da Academia mais intensa e mais relevante. A cidade gosta da AML. E tem boas razões para isso. A entidade foi fundada em 1909 por doze escritores de Juiz de Fora. Venceu todos os obstáculos e atravessou o século vinte inteira e ativa.

Graças também a alguns ótimos presidentes...

Sem dúvida. José Oswaldo de Araújo, ex-prefeito de Belo Horizonte, foi um deles. Vivaldi Moreira foi outro, responsável por dotar a Academia de sede digna, à altura de suas tradições e de suas contribuições à Cultura do estado. Olavo Romano marcou época. Abriu a Casa para os jovens, a Universidade, o mundo corporativo, os artistas. Integrou a AML ao Circuito Liberdade. Agregador e de convivência amena e fraterna, simboliza bem o que é portar-se com espírito acadêmico, que é o espírito da tolerância, do respeito pelas diferenças. A presidente Elizabeth Rennó tem conduzido a Casa com serenidade e firmeza, num momento de grandes dificuldades econômicas. É uma mulher sábia, valente e de grande compreensão do papel da Academia no cenário cultural de Minas Gerais. Soma-se a tudo isso a alegria de termos, pela primeira vez na história, uma mulher no comando da Academia, o que é louvável. Henriqueta Lisboa entrou na AML antes que Raquel de Queiroz entrasse na Academia Brasileira de Letras, o que se deu somente em 77. Fomos pioneiros. Depois tivemos outras grandes acadêmicas, como Alaíde Lisboa, que já se foi, e Maria José de Queiroz, Carmen Schneider e Yeda Prates Bernis, que continuam entre nós, felizmente.

Na sua opinião, como a Academia sobreviverá ao século vinte e um, marcado pelas tecnologias digitais, as redes sociais e a aceleração do tempo?

Se a Academia souber ler o seu tempo, como vem sabendo fazer, ela sobreviverá com altivez e ótima saúde, conciliando o apreço pelas tradições ao irresistível apelo do novo. A Academia é testemunha da história de Minas. Abriga dez importantes coleções de livros e documentos, entre as quais estão as doadas por Eduardo Frieiro, Nelson de Senna, Vivaldi e Edison Moreira. Esse acervo será, em breve, posto à disposição do público, como deve ser. Além disso, a Academia é um Museu-Casa, já que está instalada no Palacete Borges da Costa. A ideia é abri-lo para visitas guiadas, algo que seria muito interessante para os estudantes e os turistas. A Academia é um centro produtor de reflexão e debate. Sua revista, exemplarmente editada pelo confrade Manoel Hygino, é publicada há mais de oito décadas. Finalmente, a AML oferece aos cidadãos de Minas uma intensa agenda de cursos, oficinas e conferências.

“[...] Se a Academia souber ler o seu tempo, como vem sabendo fazer, ela sobreviverá com altivez e ótima saúde, conciliando o apreço pelas tradições ao irresistível apelo do novo.[...]”

*“[...] O Brasil
tem carência
de boas
publicações na
área cultural.
“Memória
Cult” ajuda
a suprir essa
lacuna.[...]”*

Você também é membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Como avalia a importância dele para a Cultura do Estado?

O Instituto foi fundado em 1907, quando Belo Horizonte contava com apenas dez anos de idade. Nasceu para preservar a memória de Minas, inspirado no exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1838, hoje brilhantemente presidido por Arno Wehling, responsável maior por mantê-lo ativo e relevante. Ao longo do século, a Casa de João Pinheiro realizou inúmeros eventos para cumprir os seus objetivos. Sua revista aborda temas fundamentais para o conhecimento da nossa história. Ao lado de tudo isso, é um espaço privilegiado para conviver com intelectuais importantes, reunidos em torno de uma causa comum.

E o BDMG Cultural? Como tem sido a experiência de presidi-lo?

O BDMG Cultural foi idealizado por Carlos Alberto Teixeira de Oliveira. Em trinta anos, teve a sorte de ser conduzido por notáveis gestores, como, entre outros, o meu antecessor, João Paulo Cunha, um dos intelectuais mais refinados do estado, homem de pensamento livre e independente. O BDMG Cultural tem uma equipe séria, madura, comprometida com a Cultura. Mais que isso: apaixonada pela Cultura. Os programas a que se dedica desfrutam de continuidade e credibilidade. O Prêmio BDMG Instrumental já tem 18 anos. O Coral BDMG é reconhecido em todo o Brasil e até no exterior. A galeria de arte da instituição foi ocupada, ao longo do tempo, por artistas de enorme reputação. Minha responsabilidade é grande. Felizmente, o presidente do Banco, professor Marco Aurélio Crocco, é um grande incentivador das nossas atividades, ciente do potencial que a Cultura tem na indução ao desenvolvimento. Não é outra a visão do secretário da Cultura, o confrade Angelo Oswaldo de Araújo Santos, e do governador Fernando Pimentel.

Como você vê a Revista “Memória CULT”?

“Memória CULT” é mais um belo empreendimento de Eugênio Ferraz, um dos líderes da Cultura em Minas, meu colega no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. A revista é bonita e oferece leitura instrutiva e agradável. Seus articulistas são sempre de alta qualidade, e proporcionam aos leitores uma visão sofisticada e profunda de temas variados, o que me agrada muito. O Brasil tem carência de boas publicações na área cultural. “Memória Cult” ajuda a suprir essa lacuna. Que tenha vida longa!



Espinososa

Fotografias: acervo do autor



Onde a história e a saga se confundem

Manoel Hygino dos Santos*

Procuramos divulgar cidades mineiras pouco focalizadas pela mídia, aquelas mais distantes da antiga e da atual capital dos mineiros e das demais, que escapam ao circuito histórico. Entre estas, Espinososa, plana na topografia, pertencente à bacia hidrográfica do São Francisco, com reserva hídrica de vários cursos d'água.





Localizada no Norte de Minas, na microrregião de Janaúba, limita-se com Gameleiras, Mamonas, Monte Azul, Montezuma, Santo Antônio do Retiro, Sebastião de Ipanjaneiras, Urandi e Jacaraci, os três últimos já na Bahia, a 4 quilômetros. Dista de Belo Horizonte 700 quilômetros, em estrada asfaltada.

A cidade não é grande – conta com pouco mais de 31 mil habitantes – mas oferece facetas típicas da gente mineira como a religiosidade, culinária peculiar, seus costumes, o carnaval.

O nome é o do fundador da cidade, o desbravador da região, Francisco Bruza Espinosa (com as naturais variações de grafia), procedente do Peru, espanhol encarregado por Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil, de explorar as nascentes do rio São Francisco, em cumprimento a determinação de 1553, de D. João III, rei de Portugal. A empreitada, porém, só se concretiza com Duarte da Costa, segundo governador, a partir de junho daquele ano.

A missão, pelas condições da época e dimensões do território, se foi ampliando. Havia informações de que

os espanhóis tinham descoberto ouro e esmeraldas, além da linha do Tratado de Tordesilhas, mas riqueza sempre fazia bem a Lisboa e os portugueses foram busca-la.

Em verdade, não se encontrou o metal precioso, nem as ambicionadas pedras verdes, mas se abriram caminhos, que tanto serviriam a Portugal e à nação formada depois da Independência.

Espinosa traçou suas próprias vias na região inhóspita, chefiando expedição, das maiores que por ali adentraram. Encontraram-se tabuleiros de pastagens naturais, mas também jazidas de sal (aí se explica o nome Salinas dado a um município), produto indispensável para o gado bovino, logo ponto-chave para a economia regional. Os vaqueiros, que já exploravam ampla área da Bahia, acorreram com seus rebanhos às novas terras, graças ao que se constituiu uma nova forma de riqueza, poder e desenvolvimento. Era o prenúncio do Ciclo do Couro da colonização das Gerais, formando-se povoados em derredor.

Ao longo da costa atlântica, era corrente a tradição das esmeraldas. Por elas, os europeus revelaram gran-

de interesse, assim como pelos metais preciosos, como registra Diogo de Vasconcelos, em sua “História Antiga das Minas Gerais”, embora houvesse exagero quanto à “possança das jazidas”.

Vasconcelos é objetivo: se a primeira expedição que devassou o nosso território não foi tão feliz quanto ao objetivo, serviu para dar a conhecer o sertão. A ela se incorporou o Padre João de Aspilcueta Navarro, o primeiro apóstolo a proclamar a religião no território do norte de Minas e do sul do Bahia.

Assim, os sertões habitados pelos Tapuias na época do descobrimento foram transpostos por Francisco Bruza Espinosa, que, ultrapassando o sul baiano, chegou ao rio Jequitinhonha, atravessou-o e atingiu o Rio das Velhas e o São Francisco, como bem descrito em carta pelo jesuíta aos seus superiores em Coimbra, em 24 de junho de 1555. A entrada percorreu o vale do Mucuri até a região do atual município de Teófilo Otoni, galgou a Serra Geral no atual município de Rio Pardo de Minas, ora fraldeando ou transpondo a referida serra, sempre encontrando grupos indígenas pertencentes à grande nação Tapuia. Estes impunham lutas frequentes e deram muito trabalho aos entradistas.

Não há dúvida, porém: o Médio Jequitinhonha foi a

primeira região a ser pisada pelos civilizados. Era próspera, animada pelo intenso comércio com o Alto e o Jequitinhonha baiano, como diz César Moreno (em “A Colonização e Povoamento do Baixo Jequitinhonha no século XIX”).

A colonização propriamente aconteceu muitos anos depois, quando Antônio Guedes de Brito, regente do São Francisco, se estabeleceu com duzentos homens armados na Serra Geral, no hoje município de Jacarací, na Bahia. Ali bem perto, formou-se o povoado de Lençóis do Rio Verde – denominação que se explica pelos lençóis postos a secar no rio pelas lavadeiras. O lugar ficava nos arredores de uma antiga capela, hoje a matriz de São Sebastião, padroeiro de Espinosa. Em 1859, criou-se o distrito de Lençóis, subordinado a Rio Pardo. Posteriormente, em 1923, sob a denominação de São Sebastião dos Lençóis, elevou-se a município, desmembrado de Monte Azul. Tornou-se cidade pela lei estadual nº 885, no dia 27 de janeiro de 1925, no governo de Raul Soares de Moura.

Integrante, hoje, do Parque Estadual Caminho dos Gerais, Espinosa desenvolve o setor produtivo com cerâmicas, laticínios, muitos tipos de confecções, enquanto o comércio conta com várias lojas e supermer-



cados. A cidade se preparou para a implantação de um polo industrial, que terá como principal propósito atender ao mercado têxtil. O seu mercado é movimentadíssimo, como descreve José Raimundo Gomes da Cruz, ali nascido, advogado, magistrado prestigioso em São Paulo, escritor, (em “Espinosa-, Anos 40- Depoimento de um menino curioso”). As variedades de produtos da terra encontrados nas bancas do centro de abastecimento ocupam uma página do livro. Além de pequi e maxixe, pinhas e jacas, toda espécie, enfim, de frutas e raízes, assim como tachos, arreios, chapéus de palha, azeite de mamona, manteiga de garrafa, requeijão, farinha de mandioca e moringas. Uma riqueza!

As festas de junho são animadíssimas, uma tradição centenária, como observa com saudade o advogado José Raimundo. A noite do dia 23, de São João, era a mais longa do ano em todo sentido. Alegria, animação, balões,

fogos, bandeirinha do santo no topo do mastro, comes e bebes, quadrilhas, casamento e compadrios de fogueira. No São Pedro e São Paulo, dia 29, de noite, havia tantas que iluminavam a redondeza, Como esconder tido isso?

Outros expressivos mineiros têm sua origem no Jequitinhonha, com ênfase em Espinosa: o jornalista Carlos Lindemberg, em plena atividade na capital, ex-assessor de Imprensa do Estado; Gonçalo de Abreu Barbosa, diretor de Finanças, RH e Relações Institucionais da Santa Casa de Belo Horizonte; seu irmão Gilberto de Abreu Barbosa, artista plástico de alto conceito no país; Yuri Popov, descendente de russos, músico instrumentista de projeção internacional.

Nara Maria Dutra Gomes, nascida em outra região do estado, sentiu o calor humano da cidade. Ex-miss Minas Gerais, esposa do espinosense Geraldo Magela Gomes da Cruz (Médico, professor e ex-diretor da Facul-



dade de Ciências Médicas em Belo Horizonte, cujo Centro de Memória dirige), no seu livro “Minhas Histórias”, Nara Maria ressalta: “Espinososa é uma cidade em que as pessoas gostam de receber os parentes e amigos. A comida, deliciosa”. Perto, o Rio Verde separa Minas Gerais da Bahia exatamente no meio do caminho.

O primeiro povoado de Lençóis formou-se à beira de um rio e em torno de uma capela, como costume no interior mineiro, concluída a construção do templo em 1846. Mais tarde, com reformas e ampliações, se tornou a matriz.

Segundo Eustáquio Tolentino, espinosense que estuda e ama a cidade natal, as ruas homenageiam com seus nomes figuras de projeção na história local e as famílias que ajudaram a definir o que hoje é o burgo. Os padres José Puche, Guilhermino e Martin Kirscht merecem especial apreço. Este fundou, em 1966, um empreendimento social, que recebeu seu nome e integra a

benemérita obra de São Vicente de Paulo, abrigando e assistindo internos de ambos os sexos.

São 59 escolas municipais, 14 estaduais- entre eles, o Grupo Comendador Viana- e 3 particulares, que servem à comunidade. A Unimontes, Universidade do Norte de Minas, sediada em Montes Claros, ali mantém um campus altamente frequentado pelos jovens. Uma emissora de rádio FM, comunitária, mantida pela AMES- Associação das Mulheres Espinosenses e o “Jornal de Espinososa” completam o núcleo local de comunicação.

Um grupo de dez moças, estudantes, criaram um blog, que opera regularmente, com apoio da sociedade. Além disso, sob coordenação de Nair Antunes Meira, formou-se o Grupo Vozes, reunindo senhoras da comunidade. Há mais de dez anos, mantém vivas as tradições musicais da cidade, apresentando-se nas missas dominicais e nas comemorações sociais, cívicas e religiosas.





As praças identificadas por Tolentino são seis. Entre elas, a Heitor Antunes, referência a um dos antigos povoadores da região. O depoimento é de Oswaldo Antunes, nascido em Espinosa, já falecido, advogado, jornalista, integrante da seleta equipe de “O Diário”, de Belo Horizonte, o maior jornal católico da América Latina, fundador-proprietário e diretor, por 38 anos, de “O Jornal de Montes Claros”.

Segundo Oswaldo, os Antunes vieram de Portugal, como conta Gustavo Barroso, em “História Secreta do Brasil”. O sobrenome, Antunes, derivado de Antônio, isto é, filho de Antônio, remonta a começos de 1497, quando os judeus foram forçados à religião cristã, os “cristãos-novos”. Os primeiros vieram para o Brasil com Mem de Sá, radicando-se na Bahia e se dispersando pelo Norte de Minas. Outros parentes, refugiados na Holanda, aqui chegaram com Nassau, fixando-se no Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Heitor Antunes e sua mulher, Ana Roiz (Rodriguez) casaram-se por volta de 1600, estabeleceram-se primeiro em Maroim, hoje Brumado, BA, onde tiveram engenho e outras propriedades. Procedentes da região de Souza, perto do Porto, lá em Portugal, agregaram Souza ao nome da família.

Os Antunes têm liames ancestrais com Diogo Álvares, o Caramuru, e sua mulher, a índia Paraguaçu. Entre os descendentes da grei, estão Dom Lúcio Antunes de Sousa, nascido em uma fazenda do atual município e que faleceu como bispo de Botucatu, SP. Também no rol familiar, há Antônio Antunes de França, o Antônio Dó, famoso por suas aventuras em Pilão Arcado, interior da Bahia, que se revoltou contra a politicagem na região e foi morto por força policial. Em seu túmulo, a inscrição na lápide o define: “Esse homem de gênio forte, com a capacidade de indignação dos Antunes, tinha o instinto da luta contra o erro e a inconformidade com as injustiças.” Há um livro, em segunda edição, de Petrônio Braz, sobre o personagem, também homenageado por Guimarães Rosa, no “Grande Sertão”.

O nome Antunes, por sinal, é o de Carmen Lúcia, nascida na Santa Casa de Montes Claros, na avenida do Jatobá, depois avenida Estrela e Coronel Prates, com pais espinosenses – Florival e Anésia, aquele falecido em 2017. Diplomada pela Faculdade de Direito da PUC, em Belo Horizonte, Carmen Lúcia Antunes Rocha ali exerceu o magistério e, presentemente, é ministra e presidente do Supremo Tribunal Federal, desde outubro de 2016. Seu projeto de vida é voltar à cátedra após o exercício da mais alta Corte da nação.

***jornalista, membro da Academia Mineira de Letras**



Cosmogonia matuta

Bruno Terra Dias*

O Mar Mediterrâneo enlaça Europa, Ásia e África. Sempre lá esteve? Não quando havia Pangeia, mas há tempo demais anterior ao surgimento do ser humano sobre o planeta. Foi necessário desenvolver a comunicação por linguagem que permitisse acumulação e transmissão de conhecimentos. Somente assim se estabeleceram debates e se viabilizou superar o que se poderia acoimar como primitivismo mental. A existência do Mediterrâneo seria indiferente, não fosse o surgimento das línguas indo-europeias para admirá-lo e descrever as maravilhas que as individualidades enxergaram e criaram no curto tempo da existência. A linguagem, no entanto, vai muito além, serve para indagar e para responder, contestar e argumentar, expressar visões de mundo e do universo.

A busca de explicações sobre o mundo, a origem da vida e seu lugar no universo é própria do ser humano, em qualquer época, todos os continentes, não importa o estágio de desenvolvimento, se há cidades ou aldeias, tribos ou clãs. Cada povo, cultura ou civilização buscou seu caminho tendo em conta as ideias essenciais que conformam sua cosmogonia. Cada língua traz o acumulado da vivência dos povos formadores e as respostas que encontraram para cada pergunta. Há uma história das ideias, como uma história das mentalidades, da literatura, das teologias, do politeísmo, do monoteísmo e de tudo quanto implicam. Há uma história do latim, do espanhol, do galego e do português, como igualmente das tantas línguas dos povos originários do Brasil e daquela dita geral, pela colônia falada; houve também os tantos “línguas”, em entradas e bandeiras, os quais hoje designaríamos como intérpretes.

Fotografia: acervo SXC



Das poucas vilas e cidades iniciais ao êxodo rural determinado pelas apostas do século XX, nunca deixou de ser protagonista, embora quase calado e frequentemente ignorado, aquele que da miscigenação se fez o homem da terra, um nobre sem título. Matuto, para o vulgo como para muitos letrados, é aquele não afeito às cidades e seus equipamentos, necessidades e deslumbres, que se intimida diante de aglomerações, desprovido do que se chama de traquejo social, espírito rude, oposto às sutilezas da civilização. Conceito ou preconceito, distinção repressiva de seu modo de ser, chamado de roceiro, jeca e outros qualificativos diminutivos de prestígio social, não se importa tanto com isso, desde que esteja em seu ambiente. O ambiente do matuto é o sertão, o amplo despovoadado do sertão, quanto mais se distancia do litoral e fica imerso em terras que o desafiam e realizam. Matuto é o sertanejo, o catrumano, o homem que vive do que produz a partir do solo, onde estiver.

O Brasil, a despeito da percepção restritiva dos que apreciam apenas no Velho Mundo a união de civilizações e culturas por mar, também tem seu Mediterrâneo, que se comunica por terra e por rios com os povos da Nação, sorvendo e sintetizando espírito e mente. Sem fronteiras ou mares, dividindo com sotaques, trejeitos e cosmovisões, é alma que se agrega ao corpo, preexistente em Deus. Terra média, integradora, destinada por sua especial localização a ser formuladora e comunicadora, guardiã e propositora, revelação do que há de incógnito na unidade que se afirma para bem mais que a cristandade.

Minas Gerais tem sua história e suas cidades, sociedade e segmentos. Entretanto, se Minas são muitas e os Gerais por demais amplos, onde estarão o sertão e o matuto? Onde houver a indagação solitária das razões de existir o mundo e do lugar que ao ser humano se reserva, aí estará um espírito matuto desejoso de saber a origem e o destino de tudo. Não importa em que região ou território, como dizem os renovadores do vocabulário político recente, desde

que caiba Vila Rica, Marília de Dirceu, Cantos da Solidão, Setenário das Dores de Nossa Senhora, Alguma Poesia, Rosa de Ouro, além de Feijão, Angu e Couve. A essência do matuto e o substrato do sertão encontram-se na antropologia dual do corpo e da alma integrados, do humano.

Os espaços já não são os do florescente século XVIII, que para Minas Gerais começa com a Guerra dos Emboabas, passa pela revolta de Filipe dos Santos, forma o caráter dos Inconfidentes e os encoraja ante a iminência da derrama, vive na poética dos árcades, na lírica de Tomás Antônio Gonzaga, na estética barroca, suporta a traição de Joaquim Silvério dos Reis, o patrono dos delatores, sacrifica seus melhores homens e responde pelo heroísmo de Tiradentes. Mas há muito mais, de Matias Cardoso e Manuel Nunes Viana, Maria da Cruz, Arraial do Tijuco, amores proibidos às margens do rio São Francisco, as orações iniciais do Padre Corvello. Couro, carne, algodão, peixe seco, Brejo do Salgado, Januária, Arraial das Formigas, Lençóis do Rio Verde.

Se Deus descansou no sétimo dia, tornando-o sagrado, foi para contemplação do trabalho, contar o suor e as lágrimas que fertilizam o torrão apegado que cada homem, mulher, idoso e criança trazem no peito, na vontade de servir. O sacrifício de Jesus lavou os pecados do mundo, incentivou a ordem moral pela certeza da vida eterna, mas nos legou o arbítrio para ser seguido apenas pelos bons. É relativa a benevolência de que somos capazes, como é próprio dos que confundem a busca de aproximar-se do Senhor com o ser feito à Sua imagem e semelhança. Sabemos que há unidade e dispersão, milagres e prestidigitações, verdades e ilusões, vida e negação, bem e mal, dualidades essenciais que nos mostram o caminho e o desvio. Só há um princípio válido, a partir do qual todo o bem se deduz: o que foi recebido em sopro. Os ritos da natureza são os que Ele nos concedeu.

***Juiz de Direito, ex-Presidente da AMAGIS, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**



Um breve histórico: Comenda da Liberdade e Cidadania

Auro Aparecido Maia de Andrade*

Tempos atrás as municipalidades de Ritópolis, São João del-Rei e Tiradentes divergiam sobre a naturalidade de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Cada uma delas reivindicava para si a hegemonia em relação ao berço do maior herói deste país, Tiradentes.

Enquanto isso, o local de nascimento de Tiradentes somente tinha essa importância rememorada graças a poucas pessoas e instituições que ali se reuniam e faziam representar no dia 12 de novembro de cada ano (data do batizado de Tiradentes), especialmente sob a valorosa e incansável dedicação do Coronel Adalberto Menezes, membro do IHGMG e um dos descendentes do próprio Joaquim José da Silva Xavier.

Mas carecia de se oficializar e institucionalizar ...

Fotografias: acervo CLC



E foi assim que no ano de 2011 o advogado Dr. Wainer Ávila, inspirado na Comenda Ambiental de São Lourenço, cuja primeira edição se deu no início daquele mesmo ano, convidou o Chanceler da honraria daquela bela cidade sulmineira, Dr. Eugênio Ferraz, para desenvolver algo similar, desta feita buscando a união dos já referidos municípios da Região das Vertentes de Minas Gerais.

Nasceu, portanto, a Comenda da Liberdade e Cidadania. Com esse escopo, os municípios de Ritópolis, São João del-Rei e Tiradentes editaram as correspondentes leis, sendo que, ainda, os prefeitos dessas municipalidades, com nossa modestíssima colaboração, firmaram um inédito Decreto Intermunicipal com a finalidade de selarem aquela unidade, o que colocou o nosso maior herói, Tiradentes, no patamar cívico onde realmente deve estar, ou seja, acima de mera questão de territorialidade e naturalidade, uma vez que se sacrificou por um ideal de unidade nacional e liberdade.

Assim é que no mês de novembro de cada ano, em data próxima ao dia do batizado de Joaquim José da Silva Xavier, acontece a solenidade da Comenda da Liberdade e Cidadania que tem por finalidade exaltar os valores cívico-patrióticos do herói maior deste país, reverenciar o local de seu nascimento e agraciar pessoas físicas ou instituições que tenham se destacado nessa causa.

Durante a semana em que se realiza a solenidade, os municípios de Ritópolis, São João del-Rei e Tiradentes, bem como instituições afins com a Comenda da Liberdade e Cidadania, promovem eventos histórico-culturais com o objetivo de divulgar o evento.

A solenidade deste ano de 2017 já está marcada para o dia 28 de dezembro, às 14 horas. Vale a pena participar, conferir e prestigiar essa verdadeira festa cívica.

*Juiz de Direito

N.R. O Juiz Auro Aparecido Maia de Andrade é, de fato, o grande condutor do evento, tão importante para Minas e para o Brasil. O site www.comendaliberdadeecidadania.com.br registra a memória das solenidades. Até o final de novembro ainda não havia confirmação, pela prefeitura de São João del-Rei, para a solenidade no exercício.



2011



2012



2013



2014



2015

Parque das Águas de São Lourenço poderá ser tombado



Brilhante iniciativa do Ministério Público de Minas Gerais dá exemplo para o país

A revista Memória CULT registra mais um resultado de trabalho iniciado em função da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço - MG.

No final de agosto o Ministério Público de Minas Gerais anunciou a assinatura, com a Nestlé, de documento que viabilizará estudos visando ao tombamento do Parque das Águas de São Lourenço pelo IEPHA-MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais).

O assunto foi iniciado em março de março de 2013, quando da terceira edição da Comenda Ambiental, conforme registrado pela Memória CULT números 7, 10, 13 e 17, conforme a seguir:



Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço

O parque das Águas de São Lourenço, no Sul de Minas, poderá ser tombado, como foi anunciado durante a entrega da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço deste ano, que aconteceu no dia 21 de março

A proposta foi apresentada pelo Ministério Público de Minas Gerais, por meio da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais que encaminhava oficialmente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, pedido de tombamento do Parque das Águas da cidade, com a justificativa de que "O Parque das Águas de São Lourenço seja alvo de proteção por tombamento em função de seu

relevante valor cultural para o município e o Estado". O processo de tombamento do Parque das Águas pede ainda o registro do uso tradicional das águas minerais de São Lourenço como patrimônio cultural (material do povo mineiro). A proposta foi feita juntamente com a Promotoria de Justiça de Defesa da Bacia do Rio Grande e a Promotoria de Defesa do Patrimônio Cultural da Comarca de São Lourenço.

"O processo de tombamento do Parque das Águas pede ainda o registro do uso tradicional das águas minerais de São Lourenço como patrimônio cultural imaterial do povo mineiro."

Com vários eventos e ações paralelas, a entrega da Comenda ficou marcada também pela realização do Seminário sobre Acessibilidade em Cidades Turísticas que contou com a presença de autoridades e de grandes especialistas no assunto em nosso país. Ao final do evento foi divulgada a "Carta de São Lourenço", fruto das ideias e dos debates que aconteceram durante o Seminário. A divulgação da Carta foi considerada pelos especialistas presentes como um marco na questão da acessibilidade em nível nacional. A "Carta de São Lourenço" pede pela conscientização do poder público quanto à acessibilidade, garantindo a todos o princípio constitucional do I e VI: principalmente para crianças, idosos e deficientes físicos.

Cidadania

Na abertura do Seminário ocorreram apresentações musicais que animaram o início do evento. O primeiro grupo a se apresentar foi o Coral Vozes da Cella, projeto de cidadania que faz a integração social por meio da música com delimitados reeducandos. A seguir foi a vez da apresentação do fantástico "Grupo de Percussão Djumbô" da APAE de São Lourenço, cujos integrantes receberam efusivos aplausos. RAAPE local contou com duas mais brilhantes trabalhos de cidadania e inclusão social em nosso Estado.



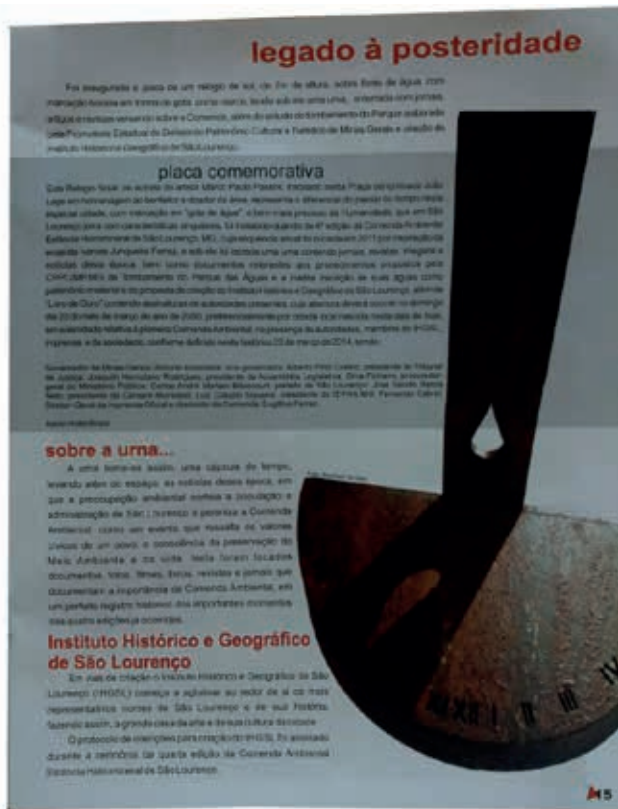
Memória CULT número 7, maio de 2013



Memória CULT número 7, maio de 2013



Memória CULT número 13, junho de 2015



Memória CULT número 10, abril de 2014



Memória CULT número 13, junho de 2015



Memória CULT número 17, maio de 2016



Pouco mais de quatro anos depois inicia-se a fase de estudos. Antonio Sérgio Tonet, Procurador Geral de Justiça de MG, presidiu a solenidade que contou com a presença de signatários do TAC, além dos promotores Giselle Ribeiro de Oliveira, Nedens Ulisses, Rômulo Ferraz, Bergson Guimarães, Leandro Pannain. Presente também a prefeita de São Lourenço, Célia Shiguematsu Cavalcanti Freitas Lima

Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas

O Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas é um testemunho da fé cristã. Localizado no município de Santa Luzia, em Minas Gerais, o mosteiro comemorou em 2014 os trezentos anos do início de sua construção, que serviu ao primeiro recolhimento feminino do estado.

Em 1708, Félix da Costa parte de Penedo (atual estado de Alagoas). Por volta de 1710, Félix, acompanhado dos irmãos, chega em região às margens do rio das Velhas, área posteriormente subordinada à Vila de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, onde decidem se fixar. Grande devoto da Imaculada Conceição, Félix desejava honrar a

Virgem com uma obra ou até mesmo com uma vocação que lhe ardia no peito. Assim que, durante sua viagem, Félix teria tido a visão de um monge que vestia hábito branco com escapulário e manto azul. Félix parte em viagem para o Rio de Janeiro, onde descreve sua visão ao Dom Frei Francisco de Sá e São Jerônimo que lhe concede a licença para usar o hábito e autorização para construção de uma capela. Félix da Costa começa a percorrer os arraiais mineiros com um oratório em seu pescoço arrecadando esmolas para levantar a edificação que, já em 1712, se estendeu aos propósitos de se erguer um recolhimento, sendo as primeiras internas suas irmãs e sobrinhas, que obtiveram a licença para utilizar o hábito de Nossa Senhora da Conceição.

O início da construção da ermida e do recolhimento se deu a 12 de agosto de 1714 às margens do rio das Velhas e do rio Vermelho. Em 1716, a capela recebe a bênção e registra-se a entrada de 12 donzelas para o recolhimento, que fica sob a administração do fundador e assistência espiritual de um capelão. Em 1727, Dom Antônio Guadalupe, bispo do Rio de Janeiro, autoriza a construção de novo prédio, maior, em local distante 600 metros, em área mais protegida das enchentes. Em 1730, acontece a confirmação por D. João V – El Rei de Portugal, da primeira carta de sesmaria, concedida em 1716. Com a morte do fundador em 1737, a construção do segundo prédio é administrada pela madre Antônia da Conceição, que transfere as recolhidas em 1743 para

as novas instalações. Em 1744, Macaúbas é elevado à categoria de curato e se isenta da jurisdição paroquial.

Em 1767, o desembargador João Fernandes de Oliveira assina o contrato da construção da ala à esquerda do prédio, conhecida como Ala do Serro, como parte do pagamento do dote de suas filhas com Chica da Silva, que ali foram internas. Em 1770, o mestre de campo Ignácio Correa Pamplona assina contrato para construção da ala localizada à direita, também como pagamento de dote.

Em 1778, o padre Manuel Dias da Costa Lana viaja para Portugal, com o objetivo de obter o reconhecimento do estabelecimento pela Coroa. Em 1789, por despacho da Rainha Dona Maria I, o estabelecimento foi aprovado e tomado sob sua Real proteção.

No final do século XVIII, o recolhimento passou a funcionar como educandário e considerado o único feminino de Minas Gerais. Em 1846, o recolhimento passa a ser recolhimento e colégio, e tem seu plano de organização, solicitado por Dona Maria I, efetivado.

“O estabelecimento sendo destinado à educação das meninas, não podia deixar de merecer a benigna contemplação de sua Majestade principalmente constando aqui o bom regime daquela casa, e a geral aceitação e aproveitamento com que ali se educação as filhas dos habitantes dessa Capitania” (carta do Ministro Martinho de Mello e Castro ao bispo de Mariana, acompanhando o aviso régio de 1789).



Fotografias: acervo SXC



Em 1881, o Recolhimento recebeu a visita da comitiva Imperial que, naquele ano, visitava Minas Gerais. Em 06 de abril de 1881, o Imperador Dom Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina foram recepcionados pelo diretor do Recolhimento, o padre Joaquim José de Oliveira Lana. Visitaram a igreja local, o colégio de meninas e o recolhimento. Pernoitaram em Macaúbas para, só então, no dia seguinte partirem para Lagoa Santa.

Em 1926, ano da beatificação de Madre Beatriz da Silva e Menezes, Fundadora da Ordem da Imaculada Conceição, Dom Antônio dos Santos Cabral desejava instalar um Mosteiro de irmãs de ordem contemplativa na diocese de Belo Horizonte. Dessa forma, dirigiu o convite às Recolhidas de Macaúbas para que o Recolhimento se incorporasse à Ordem da Imaculada Conceição. A autorização de Roma foi dada em 29 de outubro de 1932, concretizando a incorporação do Recolhimento na Ordem da Imaculada Conceição em 23 de abril de 1933. Com fechamento do colégio, se encerrou um capítulo na história do Recolhimento, que passou a Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, com observação dos Estatutos da Ordem da Imaculada Conceição.

Monumento religioso, histórico, artístico, cultural e paisagístico, o Mosteiro foi tombado em 1963 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1978, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), e, em 1989, pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia.

A campanha Abrece Macaúbas

Em 26 de junho de 2017, após reunião na 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Luzia, sob a coordenação do promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, e presença da abadessa do Mosteiro de Macaúbas, madre Maria Imaculada de Jesus Hóstia, ficou definido, entre as instituições presentes, o lançamento de uma campanha denominada Abrece Macaúbas.

A campanha objetiva angariar recursos para uma série de ações necessárias e urgentes para garantir, em primeiro lugar, a segurança e a integridade física das monjas concepcionistas que ali residem, sendo as guardiãs da impressionante construção e de todo o acervo composto por imagens, documentos e peças testemunhas do primeiro recolhimento feminino construído no estado de Minas Gerais, na primeira metade do século 18.

Entre as principais obras enumeradas no lançamento da campanha, estão a substituição do defasado sistema elétrico, a desinfestação de cupins presentes em todo o prédio, a restauração dos elementos artísticos (nunca restaurados) e a organização e catalogação de toda a documentação, todos protegidos por atos de proteção nas instâncias federal, estadual e municipal.

A campanha será oficialmente lançada em agosto de 2017, ainda como parte das celebrações do Dia do Patrimônio Histórico.

Biografia de religiosa que viveu no século XIX e tem fama de santidade

Irmã Germana viveu entre 1782-1856 e foi exilada no Mosteiro de Macaúbas

No ano de 1906 a Revista do Arquivo Público Mineiro publicou um trabalho sobre Irmã Germana Maria da Purificação e como ementa ao artigo, registrou: “Não há em Minas quem não tenha ouvido aludir a uma jovem devota que durante algum tempo habitou a Serra da Piedade, atraindo ali atenção e veneração de inúmeros romeiros e a curiosidade de alguns viajantes ilustres, nacionais e estrangeiros. Os êxtases da irmã Germana passaram em julgado na crença popular, e ainda hoje o seu nome é invocado como o de uma santa milagrosa.”

Passados mais de cem anos, a realidade hoje é outra. Se Irmã Germana chamou a atenção do povo mineiro, do Brasil e mesmo de outros países há tantos anos (cientistas da França, da Alemanha e da Itália chegaram a estudá-la no século XIX), atualmente são poucos os que conhecem a biografia de Germana.

Com o objetivo de resgatar os fatos históricos, o Promotor de Justiça de Santa Luzia, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, Marcos Paulo de Souza Miranda, empreendeu profunda pesquisa em documentos dos séculos XVIII e XIX e em abalizadas fontes bibliográficas, escrevendo o opúsculo, de 40 páginas, intitulado: Irmã Germana – A exilada de Macaúbas.

O livro, prefaciado pela Madre Maria Imaculada, Abadessa do Mosteiro de Macaúbas, narra no nascimento e os primeiros anos de Germana; os estudos realizados a seu respeito por cientistas estrangeiros,

como o francês Auguste de Saint-Hilaire; as manifestações de êxtase de Germana no cume da Serra da Piedade, quando tomava a posição de crucificada e ficava sem se alimentar, atraindo uma multidão de peregrinos; a proibição das peregrinações pelas autoridades da Província; o exílio de Germana para o Recolhimento de Macaúbas em 1843; o restabelecimento da paralisia de seus membros inferiores, a sua bondade para com as outras irmãs e as suas misteriosas manifestações no interior da Capela do Senhor dos Aflitos, onde entrava em êxtases cujos cientistas da época não conseguiram explicar.

O livro, com lançamento em 05 de setembro, às 10.00h, em Macaúbas, é encerrado com narrativa dos últimos dias de vida de Germana, que morreu em fama de santidade e foi sepultada no Mosteiro, onde também ainda é guardado o manto por ela utilizado, que se mostra intacto até os

dias de hoje.

Toda a renda da publicação é destinada ao Projeto Abrace Macaúbas, que objetiva a realização de obras de restauro e conservação do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, fundado em 1714, tombado como patrimônio cultural nos níveis federal, estadual e municipal.

Quem quiser adquirir o livro e colaborar com o Projeto, pode acessar as informações necessárias no site: <http://abracemacaubas.com.br/> ou fazer contato pelo e-mail contato@abracemacaubas.com.br ou pelo telefone: (31) 3684-2096.



Cemitério dos Escravos de Santa Luzia

Neise Mendes Duarte*

O bem cultural denominado Cemitério dos Escravos, localiza-se a 7 km do Centro Histórico de Santa Luzia, na rua Damásio José Diniz e Silva, área da antiga Sesmaria das Bicas. A paisagem onde o bem está inserido é predominantemente rural, com poucas edificações dispersas nos terrenos, onde se desenvolvem atividades agrícolas ou de criação de animais. Predomina a vegetação rasteira, destinada à pastagem de animais, com alguns trechos de mata preservada.

Fotos: acervo da autora



O Cemitério dos Escravos é contornado por muro de pedras, em junta seca e formato quadrangular com aproximadamente 0,90 metros de largura e 1,10 metros de altura. O acesso a ele se faz através de um pequeno portão em madeira coberto por telhado de duas águas. Internamente, não há lápides ou túmulos, como nos cemitérios convencionais, mas apenas um cruzeiro em madeira e um caminho cimentado que se estende do portão a esta cruz.

Dada sua relevância histórica e cultural, o Cemitério dos Escravos foi tombado pelo município de Santa Luzia por meio do Decreto nº 2.132 de 03 de novembro de 2008. O dossiê de tombamento do bem cultural foi apresentado ao IE-PHA nos exercícios 2010/2011 do ICMS Cultural, tendo sido elaborado predominantemente a partir de fontes bibliográficas produzidas por autores locais, descendentes dos antigos proprietários das terras e de fontes orais. Não foram apresentados registros documentais que comprovassem a ocorrência de sepultamentos no local.

Além disso, a divergência numérica em relação aos sepultados era imensa. Segundo o dossiê de tombamento do Cemitério dos Escravos teriam ocorrido cerca de 300 sepultamentos no local. Fontes bibliográficas, também fundamentadas em informações orais, trazem um número bem mais modesto, afirmando que mais de 30 escravos

ou filhos de escravos haviam sido sepultados no referido cemitério¹.

Neste sentido, a história do Cemitério dos Escravos permanecia na obscuridade, silenciada e ainda bastante desconhecida. Embora reconhecido como um espaço simbólico e místico, pairavam dúvidas quanto a existência efetiva de sepultamentos no local, surgindo daí a necessidade de se promover uma pesquisa documental, com o objetivo de dar voz àqueles a quem o cemitério se destinava, buscando sanar eventuais lacunas e omissões do passado.

Partindo das fontes bibliográficas utilizadas na elaboração do dossiê de tombamento do Cemitério dos Escravos, foi possível construir a cadeia dominial da antiga Sesmaria das Bicas e, a partir destes dados, dar início à investigação documental.

De acordo com Inês Gonçalves Diniz², o primeiro Capitão-Mor da antiga Sesmaria das Bicas foi o português Domingos Pinto Carneiro. Verificou-se, através do sítio eletrônico do Arquivo Público Mineiro³, a existência de documentos históricos da segunda metade do século XVIII que se referem a este português.

O segundo Capitão-Mor foi Antônio Martins Gil, que, em 1745, teria ajudado o Sargento-Mor Pacheco Ribeiro⁴ com a doação de ouro para a construção da Igreja Matriz de Santa Luzia. Antônio Martins Gil era tio de Manoel Gonçalves Giralde, a quem doou a Fazenda

do Taquaraçu de Baixo. Manoel Gonçalves casou-se com Anna Senhorinha Margarida de São José Ribeiro dos Guimarães Telles e Fayões, filha do Sargento-Mor Pacheco Ribeiro. O Tenente Antônio Gonçalves Giralde, filho de Manoel Gonçalves e Anna Senhorinha, casou-se com Maria Cândida de São Camilo Moreira, filha de José Nunes Moreira e Vitorianna Maria de São Camilo, proprietários da Fazenda das Bicas. Após a morte de José Nunes Moreira, seu filho, João Cândio Nunes Moreira, casado com Rita Marcelina de Macedo Moreira, continuou na Fazenda das Bicas. Uma das filhas do casal, Firmina Maria dos Prazeres Moreira Diniz, casada com Dâmaso José Diniz e Silva⁵, passou, por herança, a residir na propriedade que, posteriormente, acabou se fragmentando entre diversos herdeiros.

As pesquisas realizadas nos Registros Paroquiais da Igreja Católica, mais especificamente nos registros de óbitos de Santa Luzia, nos períodos de “outubro de 1810 a maio de 1829” e “agosto de 1824 a novembro de 1873”, evidenciaram a ocorrência de sepultamentos, entre os anos de 1810 e 1855, no Cemitério de José Nunes Moreira que, mais tarde, aparece como Cemitério da Fazenda de João Cândio Nunes Moreira. Todos os sepultamentos levantados nesta propriedade eram referentes a escravos, pretos, crioulos e forros⁶.

Local de sepultamento	Data	Sepultados
Cemitério do Capitão José Nunes Moreira	01 de maio de 1810	Paulo Angola, escravo do Capitão José Nunes Moreira
Cemitério do Capitão José Nunes Moreira	15 de novembro de 1813	Roque Angola, escravo de Antônia Felícia, em Pinhões
Cemitério do Capitão José Nunes Moreira	10 de dezembro de 1810	Gonçalo [...], preto forro, morador de Pinhões
Cemitério do Capitão José Nunes Moreira	25 de dezembro de 1810	Luzia, crioula forra, mulher de Narsario crioulo, morador no Pissarão
Cemitério do Capitão José Nunes Moreira	06 de fevereiro de 1813	José Mina, falecido em Pinhões, escravo de Silvestre Carvalho
Cemitério do Capitão José Nunes Moreira	22 de abril de 1825	[ilegível] Carneiro, crioulo forro, pobre
Cemitério do Capitão José Nunes Moreira	25 de agosto de 1842	Um crioulo, de quatorze anos, escravo do Capitão José da Rocha de [...]
Cemitério da Fazenda do Tenente Coronel João Câncio Nunes Moreira	13 de novembro de 1854	Manoel Teixeira, marido de Bibiana Francisca, crioula, moradores no Pissarão
Cemitério da Fazenda do Tenente Coronel João Câncio Nunes Moreira	17 de fevereiro de 1855	Martinho, filho legítimo de João Angola e Eva crioula, escravos do Tenente Antônio Gonçalves Giraldes
Cemitério da Fazenda do Tenente Coronel João Câncio Nunes Moreira	27 de outubro de 1855	Antônia Gonçalves, casada com Manoel da Cruz Maciel, crioulos, morador no Piçarrão

A documentação histórica deixa claro que o cemitério da antiga Fazenda das Bicas era destinado a uma categoria social específica e anônima, considerada inferior numa sociedade marcada pela rigidez hierárquica. A existência do espaço cemiterial dedicado exclusivamente a negros é indicativa de uma sociedade que se pretende manter absolutamente apartada do segmento escravista, até depois da morte.

Corroborando esta situação o registro de óbito de Vitorianna Maria de São Camilo, transcrito na obra de Inês Gonçalves, que serviu de base para elaboração do dossiê de tombamento do Cemitério dos Escravos. Esposa de José Nunes Moreira,

proprietário da Fazenda das Bicas, Vitorianna Maria foi sepultada, aos 2 de março de 1819, dentro da Igreja de Macaúbas. Sabe-se que os indivíduos de condição social mais elevada eram sepultados no espaço interno dos templos católicos, sendo a proximidade da sepultura ao altar-mor, uma evidência de prestígio. Portanto, pode-se inferir que o Cemitério da Fazenda das Bicas não atendia aos seus proprietários, podendo ser considerado um espaço de segregação, representativo das tensões que permeavam as relações sociais na época.

Não se poder negar, no entanto, que a existência deste cemitério na Fazenda das Bicas pode também

ser indicativa de uma certa preocupação que os proprietários conferiam ao sepultamento de seus escravos. Tratando da atuação da Intendência Geral de Polícia no Rio de Janeiro do século XIX, Villalta e Libby destacam o abandono com que a saúde e o enterro dos cativos eram tratados pelos senhores. As principais evidências deste tratamento era a quantidade de corpos de escravos atirados pelas ruas da cidade e o precário estado de conservação dos cemitérios a eles destinados⁷. Também abordando o contexto urbano do Rio de Janeiro, Rodrigues e Bravo mencionam a existência de relatos sobre o abandono de cadáveres de escravos nas portas de igrejas para que fossem sepultados

“pelo amor de Deus”⁸. Acredita-se que na Fazenda das Bicas a preocupação com o sepultamento dos cativos tenha sido, sobretudo, de ordem religiosa, uma vez que se verificou nos assentos de óbitos pesquisados a informação de que os defuntos foram paroquialmente encomendados.

Interessante notar que constam nos registros de óbitos referências a locais onde residiam os sepultados no Cemitério da Fazenda das Bicas. Um local denominado “Pissarão” ou “Piçarrão” aparece em três dos registros encontrados. Infelizmente, ainda não foi possível obter dados ou informações sobre esta localidade. Outra menção ao local de residência dos sepultados refere-se à localidade de Pinhões, que aparece em três registros. De acordo com Álvaro Diniz⁹, em meados do século XIX, os proprietários da Sesmaria das Bicas, começaram a fixar escravos nas divisas de suas terras com as de Macaúbas, com o objetivo de promover a defesa da propriedade contra eventuais invasões. Esta teria sido a origem do povoado de Pinhões, que foi recentemente mapeado pelo CE-DEFES¹⁰ como possível comunidade quilombola. Como o antigo território do povoado de Pinhões se localizava entre a Sesmaria das Bicas e a do Mosteiro de Macaúbas, a origem da comunidade estaria diretamente ligada aos escravos e trabalhadores destas propriedades.

A documentação pesquisada sobre os sepultamentos nas terras dos Nunes Moreira possibilitou a conexão

com outros bens culturais tombados pelo município de Santa Luzia, como o conjunto formado pelo Muro de Pedras e pelo Monumento a Duque de Caxias, que também não contam com mecanismos eficientes de gestão. A batalha final da Revolução Liberal de 1842¹¹, entre as tropas legalistas lideradas por Caxias e as tropas liberais comandadas por Teófilo Otoni foi travada em solo luziense. A cada dia 20 de agosto acontece uma cerimônia, registrada como bem imaterial do município, em memória deste acontecimento. Nos registros de óbitos relativos ao ano de 1842 podem ser encontrados diversos sepultamentos relacionados ao conflito, como “corpos de pessoas do Exército da Legalidade”, sepultados na Igreja Matriz de Santa Luzia.

A Revolução Liberal de 1842 repercutiu nas terras da Fazenda das Bicas e nos escravos da propriedade. Em sua obra, Inês Gonçalves Diniz narra um episódio bastante inusitado associado ao conflito: o batalhão de Caxias avançava pelas terras da Fazenda das Bicas e, como Rita Marcelina de Macedo Moreira, esposa de João Cândio Nunes Moreira, estava grávida, o casal teria deixado a fazenda antes da chegada das tropas. Um escravo chamado Thomaz, que teria ficado responsável pela guarda da sede da fazenda, teria retirado as tábuas do assoalho de um cômodo da parte inferior do antigo sobrado, tendo ali colocado toda prataria da família, cobrindo todo o piso com feijão, disposto

como se fosse para secar. Quando os proprietários retornaram, o escravo Thomaz teria sido alforriado.

No que diz respeito especificamente ao Cemitério dos Escravos, consta dos assentos de óbitos pesquisados que, aos 25 de agosto de 1842, foi sepultado no Cemitério do Capitão José Nunes Moreira um crioulo, de quatorze anos, escravo do Capitão José da Rocha, “que faleceu baleado por ocasião do tumulto da guerra”.

Sendo assim, são muitas as possibilidades de pesquisa que o Cemitério dos Escravos pode suscitar. Além da pesquisa bibliográfica e documental que precisa ser aprofundada, a história oral pode se tornar um importante instrumento de pesquisa, promovendo o envolvimento das comunidades adjacentes na proteção do bem cultural e incorporando à história do Cemitério leituras alternativas do passado. O Cemitério dos Escravos pode ainda ser considerado como um relevante sítio arqueológico, associado à história da escravidão nas Minas Gerais. A pesquisa arqueológica torna-se fundamental na área, na medida em que pode trazer à tona informações que não aparecem na documentação oficial.

Não restam dúvidas de que o tombamento do antigo cemitério rural significou um passo importante na proteção do bem cultural, que teve sua relevância histórica e cultural oficialmente reconhecida pelo município de Santa Luzia. No entanto, o tombamento por si só, não assegurou a efe-



tiva proteção do bem cultural que não conta com instrumentos eficientes de gestão, permanecendo desconhecido da grande maioria da população local. Não há nenhuma sinalização indicativa do Cemitério dos Escravos dificultando e, em muitos casos, impossibilitando o acesso ao bem cultural.

É preciso ressaltar ainda que mudanças recentes na legislação urbanística municipal comprometem a integridade do Cemitério dos Escravos, tornando a antiga área rural onde está inserido o bem tombado em área de expansão urbana. Empreendimentos imobiliários avançam nas proximidades do Cemitério, criando demandas como alargamen-

to da via, que pode transformar drasticamente o entorno do bem cultural.

Não poderia deixar de ressaltar que no dia 2 de novembro, data consagrada aos Finados, acontece no Cemitério dos Escravos uma celebração, dedicada às almas dos que foram sepultados no local. Em sua obra, Álvaro Diniz relata que a celebração acontece desde a década de 1980, tendo sido iniciativa de sua mãe, Dona Judith Belém Diniz. Percebendo o estado de abandono em que o Cemitério dos Escravos se encontrava, em 1987, Dona Judith teria solicitado ao Prefeito Municipal de Santa Luzia a realização de obras para recuperação do espaço, considerado sa-

grado pela família. Atendendo a esta solicitação, foi enviada pelo município uma equipe de trabalho ao local que realizou a reconstrução do muro de pedras, a reestruturação do cruzeiro central e a construção da passarela de cimento. Em agradecimento pela execução dos trabalhos foi celebrada uma missa no dia 2 de novembro de 1987 às 17:00 horas. Após a celebração, foi oferecido um café para os participantes, tradição mantida pela família no decorrer dos anos. Não seria esta celebração digna de registro como bem integrante do patrimônio imaterial de Santa Luzia?

***Historiadora, analista do Ministério Público de Minas Gerais**

1 DINIZ, Álvaro. *Santa Luzia: Minha terra, sua história- História de Minha Terra*. Santa Luzia, 2008.

2 DINIZ, Inês Gonçalves. *Aqui Nascemos*. Belo Horizonte: Arnaldo Gomes de Almeida Filho Editor, 2005.

3 <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtbusca/index.php?action=results&query=domingo+pinto+carneiro>. Acesso 30-10-2015.

4 O Sargento-Mór Pacheco Ribeiro era um português que, ao ficar cego, teria feito uma promessa a Santa Luzia das Minas Gerais. Como recebeu o milagre e voltou a enxergar, ele se mudou com suas três filhas para Santa Luzia e construiu o templo, a Igreja Matriz de Santa Luzia, localizada na Rua Direita, no Centro Histórico tombado em nível estadual e municipal.

5 Dâmaso José Diniz e Silva era de Contagem- Fazenda da Cachoeira. A via onde se localiza o Cemitério dos Escravos possui hoje seu nome.

6 <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14765-22448-36?cc=2177275&wc=M5FD-6TP:370855201,370855202,370941801#uri=https%3A%2F%2Ffamilysearch.org%2Frecap1%2Fcard%2Fwaypoint%2FM5F8-SPV%3A370855201%2C370855202%3Fcc%3D2177275>(Óbitos 1805, Out – 1829, Maio e Óbitos 1824, Ago – 1873, Nov)

7 VILLATA, L.C. e LIBBY, D. C. A Coroa e a Escravidão: de Lisboa ao Rio de Janeiro. In Resende, M.E. L. e VILLATA, L.C. *A Província de Minas I*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Companhia do Tempo, 2013.

8 <http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/view/2478>.

9 DINIZ, Álvaro. *Op. Cit.*

10 O CEDEFES- Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva é uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter científico, cultural e comunitário, de âmbito estadual, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil. Seu objetivo é promover a informação e formação cultural e pedagógica, documentar, arquivar, pesquisar e publicar temas do interesse do povo e dos movimentos sociais. http://www.cedefes.org.br/index.php?p=inst_apresentacao

11 A Revolução Liberal de 1842 foi um dos movimentos sediciosos mais importantes que agütarão o Brasil durante o Império. Com a declaração da maioridade e a coroação do jovem Imperador Dom Pedro II, em maio e junho de 1842, nas duas mais importantes províncias do Império, São Paulo e Minas Gerais, irrompeu o movimento armado articulado pelo Partido Liberal contra a ascensão ao poder do Partido Conservador. Foi um movimento revolucionário de feição partidária que em São Paulo foi liderado pelo padre Feijó e o Coronel Tobias de Aguiar. Em Minas Gerais, por José Feliciano Pinto (futuro Barão de Cocais), Cônego Marinho, e Teófilo Otoni, dentre outros.



Relançamento Histórico

Marcante evento em 8 de agosto de 2017, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, registrou o lançamento do livro *Princípios do Direito Internacional*, de autoria de Lafayette Rodrigues Pereira, originalmente publicado em 1902.

Rara oportunidade de reedição de obra de valor histórico pelo Deputado Lafaiete Andrada que há mais de um ano contratou-a junto da oportuna reedição dos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira* (lançada em 2016) – na hoje extinta autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, em sequência ao programa editorial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais na gestão do Presidente Adalclever Lopes que foi iniciada com a obra “*História da Revolução Liberal de 1842*”.

O singular lançamento, ainda mais encontra sua importância histórica por tratar-se de obra que sintetiza os princípios e trata de direito internacional, dos direitos fundamentais das nações, dos direitos secundários ou acidentais, dos tratados e da magistratura internacional, entre outros assuntos.

Solenidade marcou o centenário de morte do seu autor, Conselheiro Lafayette



Deputado Estadual Lafaiete de Andrada, responsável pelo lançamento

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira é destaque do programa

A reedição dos *Autos de Devassa*, impressa em parceria com a Imprensa Oficial de Minas Gerais, em 2016, contém a reprodução de um manuscrito original do século XVIII, com as fases do processo judicial movido pela Coroa Portuguesa contra Tiradentes e os demais inconfidentes, que resultou na condenação à morte de Tiradentes. A obra é composta por 11 volumes e faz parte do Programa Editorial de Obras de Valor Histórico e Cultura de Interesse de Minas Gerais e do Brasil.



O livro “Princípios do Direito Internacional”, foi produzido entre os séculos XIX e XX, é considerado um dos precursores no campo de direito internacional. Diante disso, o coordenador do programa editorial da ALMG, deputado Lafayette de Andrada, destacou que autor mineiro foi um dos maiores juristas e políticos do País.

“O ano de 2017 marca o centenário da sua morte e, por termos muito poucas edições dos ‘Princípios de Direito Internacional’ disponíveis, nossa intenção é popularizar esta importante obra”, disse Lafayette de Andrada. O parlamentar fez, também, uma explanação sobre a trajetória de Conselheiro Lafayette.

O secretário Angelo Oswaldo, que representou o governador Fernando Pimentel, reconheceu a importância da iniciativa editorial, que, segundo ele, contempla obras fundamentais da cultura mineira.

“Sem dúvida, o relançamento dos ‘Princípios de Direitos Internacional’ será de grande interesse dos cidadãos mineiros, em especial aos estudantes e profissionais de direito”, salientou.

O conselheiro – Lafayette Rodrigues Pereira, o Conselheiro Lafayette, foi advogado, jornalista, diplomata e político. Ao longo da sua carreira, destacou-se como promotor, presidente das províncias do Ceará (1864-1865) e do Maranhão (1865-1866) e foi primeiro-ministro do Brasil (1883-1884).

O Conselheiro Lafayette também fundou o jornal Atualidade e foi redator dos jornais Le Brésil, A Opinião Liberal, Diário do Povo e A República.

O Programa Editorial de Obras de Valor Histórico e Cultural de Interesse de Minas Gerais e do Brasil tem o propósito de valorizar as riquezas da cultura e da história do Estado, por meio da construção de um acervo literário que possa ser acessado por todos.

O programa começou em 2015 e já lançou novas edições das obras “História da Revolução Liberal de 1842”, de autoria do Cônego Marinho; e “Autos de Devassa”, que reproduzem um manuscrito original do século XVIII com as fases do processo judicial movido pela Coroa Portuguesa contra Tiradentes e os demais participantes da Inconfidência Mineira.





A COPASA TRABALHA PARA TODOS OS MINEIROS. **FAÇA CHUVA OU FAÇA SOL.**

Minas vive a pior seca dos últimos anos. Em algumas regiões a situação é grave. Em outras, menos severa. Mas, com diálogo e seriedade, o Governo e a Copasa estão trabalhando em todo o estado para superar a crise.

Em BH, o racionamento foi evitado com as obras de captação do rio Paraopeba. Agora, outra grande obra vai levar água até Montes Claros e região. A estação de tratamento de esgoto do rio Itapeçerica está sendo construída em Divinópolis e o aterro sanitário de Varginha está em pleno funcionamento, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dessas regiões.

São ações, obras e investimentos em todas as cidades atendidas pela Copasa, que ajudam a levar mais qualidade de vida para todas as famílias mineiras.

PORQUE CRISE A GENTE ENFRENTA É COM TRABALHO.

memoriacult.com

A sua revista de cultura agora na internet.
Veja artigos veiculados nas edições impressas
em atualizações constantes.

Curta nossa página

facebook.com/MemoriaCult



Mais informações: memoriacult@gmail.com